

Viajantes e livros; leitura, posse e comércio de livros em Portugal no século XVIII

Travelers and books; reading, possession and book trade in Eighteenth Century Portugal.

*Cláudio DeNipoti**

RESUMO: Uma das principais características das sociabilidades letradas do século XVIII foi a produção e circulação dos livros que transmitiam as novidades, descobertas científicas, relatos de viagem às terras exóticas e as polêmicas filosóficas em torno dos paradigmas disciplinares em desenvolvimento. Este estudo tentará ver como a presença de livros no território continental português do século XVIII foi percebida e representada por viajantes estrangeiros.

Palavras-chave: História do livro. Viagens. Portugal no século XVIII

ABSTRACT: One of the main characteristics of learned sociabilities in the 18th Century was the production and circulation of books transmitting news, scientific discoveries, voyage narratives to exotic lands and philosophical polemical debates around disciplinary paradigms. This paper will try to see how the presence of books in 18th Century Portugal was perceived and represented by foreign travelers.

Keywords: Book history. Voyages. 18th Century Portugal

* Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil. denipoti@uel.br

1. Introdução e apresentação das fontes

A palavra impressa já foi estudada em detalhes por historiadores nas últimas décadas, em torno de diversos aspectos da cultura escrita, em especial a própria escrita, a imprensa e a circulação e comércio de livros e a leitura. Em balanço recente sobre o desenvolvimento epistemológico deste campo, Robert Darnton lembra como criou de um modelo heurístico de análise da circulação de livros e escritos, que ele chamou de “circuito de comunicações”¹ entre os diversos agentes envolvidos na escrita, edição, venda e leitura e buscou “ver o sistema como um todo” e as suas interconexões que “afetaram o comportamento de todos no sistema”.² Roger Chartier, herdeiro da tradição iniciada pelos estudos capitaneados por Lucien Febvre e Henri Jean Martin³, buscou ampliar as análises, vinculando as preocupações oriundas também da bibliografia material e da paleografia para “compreender qual foi o lugar do escrito na produção dos saberes, na troca das emoções e sentimentos, nas relações que os homens mantiveram uns com os outros, consigo mesmos, ou com o sagrado”.⁴

A partir destes, outros historiadores buscaram compreender aspectos diversos da cultura escrita como parte fundamental das sociedades no passado, com especial atenção ao século XVIII, que estava no centro da atenção dos precursores, particularmente em questões relacionadas às ideias em torno da Revolução Francesa.⁵

Tais estudos também foram realizados no mundo de língua portuguesa em vários períodos. Em especial, sobre o século XVIII, os trabalhos de Manuela Domingos e Diogo Ramada Curto, entre outros, exploraram aspectos da “cultura escrita” que se encaixam nas definições acima.⁶ Poucos estudos, porém, foram dedicados à presença cotidiana de livreiros nas cidades portuguesas naquele século, exceto talvez pelas lentes do aparato censório, como visto nos estudos de Maria Teresa Payan Martins e Luis

1 DARNTON, Robert. What is the history of books? *Daedalus* 111(3): 65-83. 1982, p. 68.

2 DARNTON, Robert. "What is the History of Books?" Revisited. *Modern Intellectual History* vol: 4 (3), pp: 495-508, 2007, p. 502.

3 FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do livro*, São Paulo: Hucitec-Unesp, 1992.

4 CHARTIER, Roger. “Escutar os mortos com os olhos”. *Estudos Avançados*, 2010 vol: 24 (69), 7-30, p. 7.

5 DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; CHARTIER, Roger. *Origens culturais da revolução francesa*. São Paulo: Unesp, 2009.

6 DOMINGOS, Manuela D. *Livreiros de setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional Portugal, 2000; CURTO, Diogo Sasseti Ramada et al. *As gentes do livro: Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional Portugal, 2007; CURTO, Diogo Sasseti Ramada. *Cultura Escrita (séculos XV a XVIII)*. Lisboa: ICS, 2007.

Carlos Villalta,⁷ ou em alguns estudos sobre bibliotecas portuguesas que focam as preferências e gostos dos leitores ao mesmo tempo que lidam com as restrições da censura e os processos e conflitos educacionais, como aqueles de Maria Luíza Cabral e Francisco Vaz.⁸

Um dos aspectos deste campo que tem sido bastante explorado é o do comércio do livro, através de seus principais agentes. Os livreiros – vistos com frequência como “mediadores” no circuito da leitura – já foram objeto de estudos sob diversas óticas, para diferentes espaços geográficos e períodos, a começar pelos diversos estudos de Darnton e Chartier nas décadas de 1970 a 90, que exploraram facetas do comércio e de seus agentes.⁹ No universo luso-brasileiro, tais estudos também têm sido importantes janelas para a cultura escrita no passado.¹⁰

Circunscrevendo, portanto, o objeto a Portugal no século XVIII e confrontado com a questão de como os livros eram oferecidos aos leitores do reino – tanto por livreiros quanto em bibliotecas – surgiu um problema documental, qual seja, o de encontrar informações sobre as interações cotidianas entre os leitores e seus “fornecedores” além daqueles criados pela visão específica da censura e da polícia. Os documentos cartoriais coletados pela equipe de historiadores do livro liderada por Diogo Ramada Curto fornecem uma nova visão sobre alguns aspectos da vida de muitas “gentes do livro” portuguesas, em especial livreiros e impressores do século XVIII.¹¹ Porém, esses documentos, da mesma forma que a censura, os processos judiciais ou inquisitoriais e as confrontações policiais, lidam com momentos de ruptura – o início

7 MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2005; VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese. Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo, 1999.

8 CABRAL, Maria Luísa Rosendo. *Património bibliográfico e bibliotecas na construção da identidade colectiva*; entre um conceito e o seu desenvolvimento, 1750-1800. Tese. Doutorado em História Moderna. Universidade Nova de Lisboa, 2013; CABRAL, Maria Luísa Rosendo. *A real biblioteca e os seus criadores*. Lisboa: Biblioteca Nacional Portugal, 2014; VAZ, Francisco (coord.) *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo*. Lisboa: Biblioteca Nacional Portugal, 2009.

9 Ver, por exemplo: DARNTON, Robert. *Edição e sedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; CHARTIER, Roger. *A história cultural; entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

10 Ver, além das já citadas obras de Manuela Domingues e Diogo Ramada Curto, entre outros: GUEDES, F. *Os livreiros franceses em Portugal no séc. XVIII: tentativa de compreensão de um fenómeno migratório e mais alguma história*. Lisboa: Academia Portuguesa da História; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da; RIBEIRO, Gladys Sabina (Org.). *O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda, 2013; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 7, 2009.

11 CURTO, et al.; op. cit.

ou fim de uma parceria comercial, a celebração de um casamento ou o arquivamento de um testamento – e não com ações repetidas cotidianamente.

Uma fonte possível (mas não a única) para informações sobre os aspectos cotidianos da vida no passado – e, neste caso, sobre como homens e mulheres em Portugal no século XVIII buscavam e liam seus livros – são as diversas narrativas escritas por viajantes estrangeiros que passaram por aquele país – especialmente na segunda metade do XVIII, quando tanto a produção de livros quanto as viagens aumentaram em número e importância.¹²

A viagem é considerada, aqui, em seu sentido mais amplo possível, mantendo em mente que o maior motivador para deslocamentos geográficos naquele período era, sem sombra de dúvida, a guerra.¹³ Havia, é claro, outras razões intelectuais ou comerciais que motivavam as viagens, mesmo que isso fosse um evento único na vida das pessoas envolvidas, e as pessoas viajavam apesar do fato de que, à medida que o século terminava e a turbulência revolucionária aumentava, o medo de viajar ou a necessidade de fugir substituiu a ideia da viagem como “escola da vida”,¹⁴ ou, nas palavras de Ana Vicente, “[m]uitos dos viajantes que chegaram a Portugal, fizeram-no com a perspectiva de que viajar é um processo educativo que reverte favoravelmente a favor do viajante, pois alarga-lhe as vistas e o conhecimento”.¹⁵

De toda a forma, a viagem nos interessa porque implicava em preparação e escrita, tanto durante a própria viagem, quanto em data posterior, com consultas às notas do viajante ou outras narrativas. O relato de viagem, por sua vez, também nos interessa, segundo François Moureau, porque “*el viaje por Europa [...] actúa como un laboratorio de ideas y sensaciones de descubrimientos y redescubrimientos que hacen de este último siglo del Antiguo*

12 Sobre este assunto, ver (entre outros): ARAÚJO, Agostinho. Das riquezas do Brasil aos gastos e gostos de um suíço em Lisboa. David de Purry, um amigo de Pombal (1709-1786). *Revista da Faculdade de Letras/ Ciências e Técnicas do Património*. Porto. I Série vol. 2, 2003, pp. 109-137; LIMA, Sacha. Jardins cercados: deambulações por Lisboa e arredores de dois viajantes alemães na viragem do século XVIII para o século XIX. In: QUEIROZ, Ana Isabel (coord.). *Lisboa nas narrativas; olhares do exterior sobre a cidade antiga e contemporânea*. Lisboa: FCSH/NOVA, 2012, p. 51-63. RAMOS, Ana Catarina. Imagens de Lisboa setecentista nas narrativas de viajantes estrangeiros. n: QUEIROZ, Ana Isabel (coord.). *Lisboa nas narrativas; olhares do exterior sobre a cidade antiga e contemporânea*. Lisboa: FCSH/NOVA, 2012, p. 39-50.

13 MOUREAU, François. Viajar por Europa em el siglo de las Luces. In: TOBAR, Leonardo Romero y ELDUAYEN, Patricia Almarcegui, (coords.). *Los libros de viaje; realidad vivida y género literario*. S./l., Univesidad Internacional de Andalucia/Akal, 2005, p. 25-47, p. 26.

14 Idem, p. 28; 37.

15 VICENTE, Ana. *As mulheres portuguesas vistas por viajantes estrangeiros: séculos XVIII, XIX, XX*. Lisboa: Gótica, 2001, p. 166.

Régimen, un momento antes de la era de los nacionalismos, el testigo de un continente que se construía em si su própria imagen".¹⁶ O relato de viagem, que já havia se tornado um estilo literário e editorial independente no século XVIII, era compreendido por autores e leitores, como conhecimento "verdadeiro" adquirido pela observação em primeira pessoa,¹⁷ ao mesmo tempo que lidava com a ideia de "realidade vivida", que garantia verossimilhança e autenticidade à narrativa escrita pelo viajante.¹⁸ Este conhecimento verdadeiro adquirido durante a viagem e compartilhado em um relato daquela viagem foi instrumental na criação de formas de percepção do espaço e das populações, bem como de modelos de pensamento adotados por tora a Europa.¹⁹ No caso específico de viagens por Portugal, havia uma carga de informações prévias, fornecidas por autores do Iluminismo francês (Voltaire e Montesquieu, por exemplo) que nunca estiveram na península ibérica, e que criaram expectativas nos visitantes de encontrarem Portugal e Espanha "dominados pela Inquisição, com leis e costumes quase árabes".²⁰ À medida que novos viajantes chegaram (de fato) e redigiram relatos de viagens, tais ideias foram eventualmente substituídas por descrições mais precisas da vida cotidiana, especialmente com relação a Madri e Lisboa. Uma última nota considerando os viajantes do século XVIII diz respeito a seu apreço por livros e bibliotecas, especialmente porque muitos dedicavam-se, nas viagens, a comprar livros para si e para seus compatriotas, patronos, reis, academias ou universidades, tornando a aquisição de livros um dos objetivos, mesmo que secundário, das viagens.²¹

Muitos dos viajantes que passaram por Portugal em fins do XVIII ou início do XIX, ou lá ficaram por algum período de tempo maior, eventualmente publicaram suas narrativas, mesmo que na forma de cartas, ou em publicações póstumas (algumas já no século XX).²² Originais de diversos países europeus, suas descrições e representações

16 MOUREAU. op. cit., p. 38;

17 CHINCHILLA, María José Ortega. Viajeros españoles en Portugal en el siglo XVIII: Entre el conocimiento y la experiencia. *Tempo*, v. 22, n. 40, p. 302-326, 2016.

18 TOBAR, Leonardo Romero. Prólogo. In: TOBAR, Leonardo Romero y ELDUAYEN, Patricia Almarcegui, (coords.). *Los libros de viaje; realidad vivida y género literario*. S./l., Universidad Internacional de Andalucía/Akal, 2005, p. 7-9.

19 BUESCU, Ana Isabel. O peregrino instruído; em torno de um projeto de viagem setecentista. *Revista da FCSH*, Universidade Nova de Lisboa, 1988.

20 BRITO, Dulce. Os estrangeiros e a música no quotidiano lisboeta em finais do século XVIII. *Revista Portuguesa de Musicologia*, v. 1, 2014, p. 75-80.

21 MOUREAU, op. cit., p. 32-3.

22 PIMENTEL, João. Olisiporafia e literatura – os textos de estrangeiros até ao século XIX. In: QUEIROZ, Ana Isabel (coord.). *Lisboa nas narrativas; olhares do exterior sobre a cidade antiga e*

das cidades e paisagens portuguesas eram, com frequência, comparações com suas terras natais. Para este estudo, foram selecionadas quatorze dessas narrativas (ver Tabela 1), variando de viagens feitas em um período de meio século, entre 1760 e 1811, e publicadas, em sua maioria, nas últimas décadas do século XVIII. A opção cronológica deve-se à grande atividade editorial por toda a Europa, com um correspondente alto índice de traduções e publicações originais em língua portuguesa neste período e não ignora o fato de haver outros relatos anteriores igualmente importantes.

O primeiro trabalho analisado foi *A journey from London to Genoa, through England, Portugal, Spain and France* de Giuseppe Marc'Antonio Baretti, descrevendo uma viagem feita entre 1761 e 1765 e originalmente publicada em italiano como *Lettere famigliari*, antes da tradução inglesa de 1770, publicada em Londres para onde, pouco tempo antes, o crítico literário, poeta, escritor, tradutor, linguista e autor havia emigrado.²³ O livro seguinte (em ordem cronológica da realização das viagens) foi o *Etat présent du royaume de Portugal, en l'année 1766*, de Charles-François du Perrier du Mouriez, (melhor conhecido como General Dumouriez, do exército republicano francês, personagem notório de diversos eventos revolucionários). O livro foi escrito no retorno à França após uma missão diplomática em Madri, e só foi publicado em 1775.²⁴ As *Travels through Portugal and Spain in 1772 and 1773*,²⁵ do escritor britânico Richard Twiss, publicadas em 1775, com traduções francesa e alemã publicadas um ano mais tarde, vem a seguir. O quarto relato são as cartas do oficial da marinha britânica, John Blankett, que viajou em 1777, e provavelmente publicou seu livro, *Letters from Portugal, on the late and present of that kingdom*, naquele mesmo ano.²⁶ Também no ano de 1777, Jean François Bourgoing viajou por Portugal a caminho da Espanha, onde ia para assumir o cargo de secretário da legação francesa enviada por Luís XVI. Seu livro, *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet en Portugal*, foi publicado mais de duas décadas depois, quando ele já havia se tornado o

contemporânea. Lisboa: FCSH/NOVA, 2012, p. 14-26, p. 18; ver também MOSCATO, Daniela Casoni. *O viajante não está só: a cultura científica em memórias sobre o Brasil e as ligações entre os naturalistas luso-brasileiros do século XVIII e os viajantes cientistas do século XIX*. Tese. Doutorado em História. UFPR. 2017.

23 BARETTI, Joseph. *A journey from London to Genoa, through England, Portugal, Spain and France*. London, T. Davis, 1770.

24 DUMOURIEZ, Charles-François. *Etat présent du royaume de Portugal, en l'année 1766*. [Par Charles-François Dumouriez]. Lausanne, chez François Grasset, 1775.

25 TWISS, Richard. *Travels through Portugal and Spain in 1772 and 1773*. London, Robinson, Becket and Robson, 1775.

26 BLANKETT, John. *Letters from Portugal, on the late and present of that kingdom*. London: J. Almon, [1777].

embaixador da França revolucionária na Espanha.²⁷ O escocês James Ferrier passou os anos de 1778 e 1779 como oficial da marinha portuguesa, e relatou suas viagens pelo país para seu irmão em um livro publicado em 1787 sob o pseudônimo de Arthur Willian Costigan, intitulado *Sketches of Society and Manners in Portugal*, que é o sexto livro analisado aqui.²⁸ Chegando em Lisboa em 1787 a caminho da Jamaica, o autor britânico Willian Beckford passou nove meses em Portugal e registrou sua viagem em dois livros *Italy; with sketches of Spain and Portugal*, publicado em 1834 e *Memoirs of William Beckford of Fonthill*, publicado em 1859.²⁹ A seguir, na montagem do *corpus* documental, temos a narrativa do arquiteto irlandês, James Cavanagh Murphy, *Travels in Portugal through the provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura and Alem-Tejo in the Years 1789 and 1790*, publicada na Inglaterra em 1795 com uma tradução para o alemão em 1796 e outra para o francês em 1797.³⁰ O poeta e historiador inglês Robert Southey escreveu suas *Letters written during a short residence in Spain and Portugal* em 1795, e as publicou dois anos mais tarde,³¹ ao passo que o médico francês Joseph-Barthélemy-François Carrère viajou durante 1796 e publicou sua *Voyage en Portugal et particulièrement a Lisbonne ou Tableau moral, civil, politique, physique et religieux de cette Capitale*, mais conhecido como o *Tableau de Lisbonne*, em 1798.³² O botânico e naturalista alemão Henry Frederick Link viajou por Portugal entre 1797 e 1799, acompanhando o conde Johann Centurius Hoffmannsegg, e publicou *Travels in Portugal and thorough France and Spain* originalmente em alemão, com a tradução inglesa sendo publicada em 1801.³³ As *Voyages to Portugal, Spain, Sicily, Malta, Asia-Minor, Egypt &c. From 1796 to 1801* escritas pelo tenente britânico Francis Collins

27 BOURGOING, Jean François. *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet en Portugal*. Paris: Chez F. Buisson, 1798.

28 COSTIGAN, Arthur William. *Sketches of Society and Manners in Portugal*, 2 vols. London: T. Vernor, 1787.

29 BECKFORD, Willian. *Italy; with sketches of Spain and Portugal*. Philadelphia, Key&Biddle, 1834; _____. *Memoirs of Willian Beckford of Fonthill*, author of “Vathek”, in two volumes. London: Charles J. Skeet, Publisher. 1859.

30 MURPHY, James. *Travels in Portugal through the provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura and Alem-Tejo in the Years 1789 and 1790*. London: Strahan, Cadell and Davies, 1795.

31 SOUTHEY, Robert. *Letters written during a short residence in Spain and Portugal*. Bristol: Bulgin and Rosser, 1797.

32 CARRÈRE, Joseph-Barthélemy-François. *Voyage en Portugal et particulièrement a Lisbonne ou Tableau moral, civil, politique, physique et religieux de cette Capitale*, etc. etc. Paris: Chez Deterville, 1798.

33 LINK, Henry Frederick. *Travels in Portugal and thorough France and Spain*. London: Longman and Rees, 1801.

tiveram três edições distintas até 1813,³⁴ ao passo que o relato de viagem do naturalista sueco Carl Ruders, que ficou em Portugal de 1798 a 1802, intitulado *Portugisisk Resa* (Viagem a Portugal),³⁵ foi publicado em Estocolmo em 1807, com uma tradução alemã lançada no ano seguinte. Finalmente, analisaremos o relato da passagem por Portugal, voltando da campanha da Sicília de 1810-11, do tenente General Georges Cockburn, publicado em 1815 com o título *A Voyage to Cadiz and Gibraltar, up the Mediterranean to Sicily and Malta in 1810 and 1811, including a description of Sicily and the Lipari Islands, and an Excursion in Portugal*.³⁶

Tabela 1
Relatos de viajantes por Portugal no século XVIII utilizados neste estudo

Nome	Ano da viagem	Título do relato de viagem	Ano da publicação
Giuseppe Marc'Antonio Baretti	1761-65	<i>A journey from London to Genoa, through England, Portugal, Spain and France</i>	1770
Charles-François du Perrier du Mouriez	1766	<i>Etat présent du royaume de Portugal, en l'année 1766</i>	1775
Richard Twiss	1772-73	<i>Travels through Portugal and Spain in 1772 and 1773</i>	1775
John Blankett	1777	<i>Letters from Portugal, on the late and present of that kingdom</i>	1777
Jean François Bourgoing	1777	<i>Voyage du ci-devant Duc du Chatelet en Portugal</i>	1798
James Ferrier (Arthur Willian Costigan)	1778-79	<i>Sketches of Society and Manners in Portugal</i>	1787
William Beckford	1787	<i>Italy; with sketches of Spain and Portugal Memoirs of William Beckford of Fonthill</i>	1834 1859
James Cavanagh Murphy	1789-90	<i>Travels in Portugal through the provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura and Alem-Tejo in the Years 1789 and 1790</i>	1795
Robert Southey	1795	<i>Letters written during a short residence in Spain and Portugal</i>	1797

34 COLLINS, Francis. *Voyages to Portugal, Spain, Sicily, Malta, Asia-Minor, Egypt &c.* From 1796 to 1801. London: W. Whittemore, s./d.

35 RUTHERS, Carl Israel. *Viagem em Portugal*, 1798-1892. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.

36 COCKBURN, George. *A voyage to Cadiz and Gibraltar, up the Mediterranean to Sicily and Malta, in 1810 & 11*, including a description of Sicily and the Lipari Islands, and an excursion in Portugal. J. harding, 1815.

Joseph-Barthélemy-François Carrère	1796	<i>Voyage en Portugal et particulièrement a Lisbonne ou Tableau moral, civil, politique, physique et religieux de cette Capitale</i>	1798
Henry Frederick Link	1797-99	<i>Travels in Portugal and thorough France and Spain</i>	1801
Francis Collins	1796-1801	<i>Voyages to Portugal, Spain, Sicily, Malta, Asia-Minor, Egypt &c. From 1796 to 1801</i>	1813
Carl Ruders	1798-1802	<i>Portugisisk Resa</i>	1807
Georges Cockburn	1810-11	<i>A Voyage to Cadiz and Gibraltar, up the Mediterranean to Sicily and Malta in 1810 and 1811, including a description of Sicily and the Lipari Islands, and an Excursion in Portugal</i>	1815

Do nobre ao cientista, ao mercador, ao poeta, ao diplomata e ao líder militar, estas narrativas de viagem servirão o propósito de nos fornecer representações – unilateralmente estrangeiras e frequentemente preconcebidas – sobre aspectos da cultura impressa portuguesa, comércio de livros, bibliotecas e leitura, para que possamos, em estudos futuros, contrastar essas percepções com outras fontes que auxiliem confecção (ou re-confecção) das comparações e análises.

2. Hábitos de escrita e leitura

Podemos começar com como os hábitos de leitura impactaram a visão sobre a sociedade portuguesa que os viajantes registraram em seus textos. O General Dumouriez observou, em 1766, que tanto os estudos literários, quanto o comércio de livros (*la librairie*) estavam em mal estado em terras lusitanas (*fort mauvais état*), apesar do fato de que os portugueses tinham o espírito e a disposição para ambas as tarefas, que estavam há muito tempo “sem aplicação”. De acordo com o nobre francês, alguns jovens da nobreza (explicitando melhor o que ele entendia por “povo”) “começam a se atirar na literatura; eles são apaixonados, especialmente por Voltaire, Rousseau e a nova filosofia”, já que, segundo ele, “todos estes livros foram traduzidos para o Português”,³⁷ afirmação que não é comprovada pela documentação censória que aponta poucas dessas traduções (oficiais ou clandestinas), ainda que muitas apreensões de livros de autores

37 “[...] depuis quelque tems que les jeunes Seigneurs commencent à se jeter dans la littérature; ils font passionnés sur-tout pour Voltaire, Rousseau & la nouvelle philosophie; presque tous ces livres sont traduits en portugais.” DUMOURIEZ, op. cit. p. 213.

ligados a essa “nova filosofia”, quase sempre proibidos, tenham acontecido, principalmente nas lojas dos livreiros de origem francesa.³⁸

Poucas décadas depois, outros viajantes não observaram continuidade nas mudanças apontadas por Dumouriez. Escrevendo sobre as mulheres portuguesas, Carrère enfatizou sua ociosidade: “acostumadas a nada fazer, elas não pegam jamais uma agulha, jamais um livro”.³⁹ Carl Ruders anotou a distância entre leitores potenciais e o material de leitura descrevendo, em 1801, a moda masculina do uso de óculos de leitura, sempre à mão ou ao redor do pescoço, “sendo poucos os que, em Lisboa, precisam deles para ler um livro”.⁴⁰ Willian Beckford ofereceu um contraponto a esta visão negativa afirmando que, em 1787, “as famílias de primeira classe” eram extremamente generosas com os hóspedes, oferecendo livros de sua biblioteca, se os hóspedes desejassem, “e um bibliotecário pronto para explicar ou entregar o que se quisesse”.⁴¹ No mesmo tom, Costigan, cuja experiência antecedeu a de Beckford em uma década, descreveu como os padres nos conventos eram “zelosos e dispostos a fornecer qualquer livro que tivessem ou pudessem buscar, para nos assistir em nossas pesquisas” sobre as guerras hispano-portuguesas.⁴² Nenhum deles – exceto talvez Beckford – dão indicações sobre os nomes portugueses que se destacaram no cosmopolitismo filosófico do período, “dentro e fora de Portugal”.⁴³

Os eventos destrutivos do período também transpareceram nas narrativas da maioria dos autores, em especial o terremoto de 1755. Cabe lembrar que a combinação de terremoto, tsunami e incêndios daquele ano destruiu completamente a Real Biblioteca do Paço da Ribeira, as “livrarias dos dominicanos e do convento de São Francisco” além de diversos palácios nobres e suas coleções de livros e manuscritos.⁴⁴

38 MARTINS, op. cit. p. 200-267.

39 “[...] Elles sont accoutumées à ne rien faire; elles ne Prennent jamais une aiguille; jamais un livre”. CARRÈRE, op. cit. p. 79.

40 RUDERS, op. cit. p. 168.

41 “[...] if books, the library was open, and a librarian ready to explain or to give out what might be wanted”. BECKFORD, *Memoirs...* p. 316.

42 “[...] zealous and ready in producing any books they either had or could procure, to assist us in our researches”. COSTIGAN, op. cit., p. 150. Ver também, sobre o tema, LOUSADA, Maria Alexandre. Sociabilidades mundanas em Lisboa; partidas e assembleias, 1760-1834. *Penélope*, 19-20, 1998, p. 129-60.

43 ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das luzes em Portugal*; temas e problemas. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 20.

44 SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*; do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 32; Ver também: TAVARES, Rui. *O pequeno livro do grande terremoto*. Ensaio sobre 1755. Lisboa: Tinta da China, 2005.

Em 1761, Barreti reclamou que o terremoto havia elevado os preços dos livros “quase além do alcance de meu bolso”. Ele também observou que o “incêndio que seguiu [o terremoto] destruiu muitas bibliotecas públicas e privadas desta metrópole, e um livro português de qualquer nota é agora tão raro como um rubi”.⁴⁵ Beckford, em 1787, também foi lembrado da catástrofe ao visitar o convento Teatino em Lisboa: “Olhamos a biblioteca, que permanece na mesma confusão deixada pelo terremoto, metade dos livros fora das estantes, caídos uns sobre os outros em pilhas empoeiradas”.⁴⁶ Quarenta anos após o evento, Southey relembrou seus leitores das consequências do sismo, escrevendo sobre o poema de Pedro de Azevedo Tojal, *Carlos Reduzido*, publicado em 1716. Southey afirmou que “o livro é muito raro, como são todos os livros portugueses que não foram reimpressos desde o terremoto”.⁴⁷

Porém, o período restante do século XVIII, incluindo também o início do século XIX, teve sua cota de eventos catastróficos que afetaram livros e bibliotecas, bem como vidas e propriedades. Cockburn, ao descrever as áreas rurais do norte de Portugal em 1811 e 12, mencionou ter visto “diversas casas, ou melhor, suas ruínas, que foram queimadas ou pelo exército francês, ou pelo inglês; e um oficial me informou que, em muitos casos, nossos companheiros destruíram voluntariamente gravuras, fotos, &c. &c. e com frequência esquentaram suas chaleiras em uma fogueira feita de livros”.⁴⁸

3. *Inquisição e censura*

Um dos traços comuns à maioria dos relatos era a preocupação manifestada por seus autores com relação à Inquisição e à censura em Portugal e na Espanha, em parte, como mencionado acima, devido a suas ideias preconcebidas relacionando os países ibéricos com a instituição católica, que, por sua vez, tinha traços particularmente assustadores para os viajantes não católicos. Contudo, alguns deles tinham um particular

45 “[...] the fire that follow’d [the earthquake], has destroyed many public and private libraries in this metropolis, and a Portuguese book of any note is now become as dear as a ruby”. BARRETI, op. cit., p. 241.

46 “We looked into the library, which lies in the same confusion in which it was left by the earthquake; half the books out of their shelves, tumbled one over the other in dusty heaps”. BECKFORD, *Memoirs...* p. 141.

47 “[T]he book is very rare, as are all Portugeeze books that have not been reprinted since the earthquake [...]”. SOUTHEY, op. cit., p. 354-5.

48 “[...] several houses, or rather their remains, that had been burned by the French or English army; and an officer told me, that in many instances our fellows wantonly destroyed prints, pictures, &c. &c. and often boiled their kettles by a fire made of books”. COCKBURN, op. cit., p. 174.

interesse na viagem que era exatamente de dirimir tais ideias, como Twiss afirmou no prefácio de seu livro:

Eu estava determinado a visitar a Espanha e Portugal com ansiedade, pois nunca ouvira um relato satisfatório desses dois reinos, prometendo-me desfrutar de objetos totalmente novos, em países que eram considerados muito atrás do resto da Europa em artes e literatura.

Não é estranho, portanto, que uma boa quantidade das narrativas dedicou-se a relatar detalhadamente o aparato censório, montado pelo Marquês de Pombal após 1768, com as respectivas reformas executadas durante o reinado de D. Maria.⁴⁹ John Blankett, por exemplo, descreveu (em 1777) a mudança (ocorrida em 1768) no “licenciamento da imprensa” da Inquisição para “um conselho com este objetivo, que deveria consistir de uma mistura de magistrados e do clero”, com o resultado de proibir somente livros que tivessem “uma tendência manifesta a soltar os vínculos do governo eclesiástico e civil, e corromper a moral do povo”, em oposição – imagina-se – do que aquilo que a Inquisição fazia.⁵⁰ Link fez uma descrição muito semelhante, em 1798, enfatizando a estrutura que antecedeu Pombal – três licenças diferentes deveriam ser obtidas antes da publicação de um livro, ao passo que, após Pombal, somente um “colégio de censura” foi estabelecido para aprovar os livros a serem impressos e vendidos no reino e em suas colônias.⁵¹

Praticamente ao mesmo tempo, Carrère descrevia as mudanças históricas na estrutura da censura fazendo as mesmas comparações com a Inquisição que Link fizera. Para Carrère, a estrutura censória (já reformada em 1787 por D. Maria sob o título de *Real Mesa da Comissão Geral sobre o exame e censura de livros*) era, às vezes, “muito difícil”, mais ainda era mais fácil e “tão complacente quanto a Inquisição fora difícil, meticulosa e repulsiva”.⁵² Ele também explicou para seus leitores que os livros vindos do estrangeiro eram inspecionados rigorosamente, o que impedia que um bom número de “livros excelentes” entrassem no país, pois os censores podiam proibir os livros por

49 MARTINS, op. cit. p. 58-71.

50 “[...] a manifest tendency, to loosen the ties of civil and ecclesiastical government, and to corrupt the morals of the people [...]” BLANKETT, op. cit., p. 29.

51 LINK, op. cit., p. 475.

52 “Ce bureau étoit quelquefois très-difficile; mais dans’ d’autres momens il étoit aussi facile et aussi complaisant que l’inquisition avoit été difficile, minutieuse et repoussante”. CARRÈRE, op. cit., p. 228.

“uma palavra duvidosa, uma expressão equivocada, uma frase obscura, uma ideia além do alcance e da inteligência do censor encarregado de examiná-lo”.⁵³ Para ilustrar sua narrativa, Carrère usou o exemplo da censura do livro *Medicina Theologica*, publicado anonimamente em 1794 com as licenças necessárias, mas que mais tarde descobriu-se ter sido escrito por Caetano Alberto Dragazzi.⁵⁴ Carrère definiu este livro como “cheio de materialismo” e obscenidades que poderiam “inflamar a imaginação portuguesa”. Após uma aprovação inicial sumária, o livro foi reexaminado, proibido e o Intendente de Polícia de Lisboa responsabilizou-se por apreender as cópias dos livros, descobrir e prender seu autor e a rede de livreiros envolvidas nas suas vendas.⁵⁵ Sempre segundo Carrère, esta revisão teve, como resultado direto, o desmantelamento da estrutura censória e o retorno ao esquema pré-pombalino de uma censura tríplice (Inquisição, Desembargo do Paço e o Ordinário). A crise gerada foi descrita com cores fortes por Carrère:

Este episódio de anarquia durou seis meses; isso resultou em danos consideráveis à imprensa e ao comércio de livros. Durante esse tempo, nada pode ser impresso; as impressoras foram fechadas; os livreiros não conseguiram retirar os pacotes de livros vindos do estrangeiro; perderam os juros pelo dinheiro investido, alguns perderam muitos livros, que ficaram embolorados pela umidade da alfândega, onde estão há oito ou nove meses.⁵⁶

Carrère também enfatizou a visão – compartilhada por muitos viajantes estrangeiros – do efeito pernicioso da censura no desenvolvimento intelectual português. Segundo ele – trazendo lembranças do texto, de 1784, de Kant sobre o Iluminismo⁵⁷ – o desejo pelo sublime que um autor ou intelectual pudesse manifestar, não podia ser publicizado. O rigor da censura, calcado na ignorância dos censores, além

53 “[...] un mot douteux, une expression équivoque, une phrase obscure, une idée audessus de la portée et de l'intelligence du' censeur qui'est, chargé de les examiner , suffisent pour les faire prohiber”. CARRÈRE, op. cit. , p. 234-5.

54 DENIPOTI, Cláudio. O embaixador; o livreiro e o policial. Circulação de livros proibidos e medo revolucionário em Portugal na virada do século XVIII para o XIX. *Varia História*, 30(52), 2014, 129-150.

55 Idem, p. 138.

56 “Pendant ce tems-là on n'a pu rien imprimer; les imprimeries ont été fermées; les libraires n'ont pu retirer les balots de livres venus des pays étrangers; ils ont perdu l'intérêt de leur argent, quelques-uns ont perdu beaucoup de livre qui se sont moisis par l'humidité de la douane, où ils ont été pendant huit ou neuf mois.” CARRÈRE, op. cit. p. 230.

57 KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é o Iluminismo. *A paz perpétua e outros opúsculos*, Lisboa: Edições 70, p. 11-19, 1988.

de privar o público leitor do “conhecimento que eles poderiam extrair” da leitura de livros de ciências em geral, forçava o autor a “manter para si o resultado de suas meditações e de sua pesquisa”, que ele deve “ter cuidado para não deixar transparecer”.⁵⁸ Robert Southey também ficou negativamente impressionado pelas ações da Inquisição com relação à leitura, transcrevendo todo um Auto de Fé de 1779 da Inquisição de Coimbra listando as punições para um grupo de soldados e cadetes do regimento de artilharia do Porto, pelo crime de possuir e ler livros proibidos, que os transformaram, de acordo com a sentença recebida, em “ateístas professos, que negavam a existência de Deus”.⁵⁹

Além da censura, uma das principais preocupações dos viajantes dizia respeito à apreensão de livros, já que oficiais de alfândega eram considerados propensos a tomar livros que pudessem ter o menor indício de heresia. Barreti aconselhou seus leitores a tomarem o cuidado de nunca carregar nada que fosse “sujeito a pagar alfândega” em viagens de Portugal para a Espanha ou vice-versa: “nenhuma camisa nova, nenhum lenço novo, novas meias, novos sapatos, novos coisa alguma, ou você, em um lugar ou outro, sofrerá vexação maior do que imagina”.⁶⁰ Se na bagagem houvesse algum livro, os viajantes deveriam ter certeza que fossem espanhóis, portugueses ou italianos, já que livros em inglês, holandês “ou mesmo em francês” provavelmente provocariam o zelo dos oficiais de alfândega. Havia, porém, meios de contornar o problema: “um amigo meu que queria levar um livro inglês para Madri, tomou o cuidado de colar uma imagem de santo Antônio na primeira folha, e assim salvou-o do confisco”.⁶¹

Carrère explicou em detalhes o que acontecia quando alguém tinha seus livros confiscados:

O estrangeiro que chega a Lisboa experimenta aborrecimentos, atrasos e muitos golpes cansativos, se tem alguns livros misturados com seus pertences, e alguns deles são apreendidos pela alfândega. O intendente da polícia deve receber a petição para devolvê-los à Inquisição; é necessário solicitar aos subordinados da alfândega; deve-se dar-lhes gratificações para serem enviadas. As idas e vindas

58 CARRÉRE, op. cit., p. 236-7.

59 SOUTHEY, op. cit., p. 318-325.

60 “[...] no new shirts, no new handkerchiefs, new stockings, new shoes, new any thing, or you will in some place or other be vexed more than you are aware.” BARRETI, op. cit., v. 2, p. 260.

61 “A friend of mine who wanted to carry an English book to Madrid, took care to paste an image of St. Anthony on the first leaf, and thus saved it from confiscation”. Ibidem.

e as despesas recomeçam com a Inquisição; rogos, solicitações e novas recompensas ainda são necessárias. Se é muito feliz quando se recebe seus livros depois de três meses de cansaço, e se nenhum for perdido, e quando se desembolsa somente 20 ou 24 libras tornesas.

4. *Comércio do livro*

Quando o tópico das narrativas de viagem voltava-se para as muitas formas do comércio do livro, incluindo encadernadores, livreiros e impressores, a maior parte dos autores se tornava mais descritiva, dando alguns testemunhos oculares. Link afirmou, em 1801, que havia “muitas lojas de livreiros” na Lisboa do fim do século XVIII, ainda que estes se dedicassem exclusivamente ao comércio local, sem vínculos com outros países europeus.⁶² Ele então usa o caso da “viúva Bertrand e filho” como um exemplo contraditório de tal comércio, dada a origem francesa da maioria dos livreiros do período, todos com múltiplas conexões em seu país natal.⁶³ De acordo com este viajante, era fácil achar novos trabalhos portugueses aos preços “marcados no catálogo impresso”, como forma de refutar a reclamação de um visitante prévio (cuja obra não localizei) do quão difícil fora “buscar livros em Lisboa” pois estes eram raros e caros, talvez em virtude do terremoto, já que Link não disse a data da publicação da obra à qual se referia. Link repetiu a refutação mais adiante em seu texto, acrescentando que não havia, porém, livros usados para a venda, exceto talvez nas lojas dos encadernadores, ou nos “quiosques de livros, como em Paris, onde tanto livros portugueses quanto muitos bons livros estrangeiros, especialmente espanhóis, podem ser comprados por uma bagatela”.⁶⁴ Carrère enfatizou a origem francesa da maioria dos livreiros, cujo negócio era, segundo ele, “muito lucrativo”,⁶⁵ apesar dos obstáculos colocados pelos censores:

Os livreiros se revoltam com um comércio em que estão expostos a perder tudo, onde sua fortuna depende da vontade, do capricho de um censor ignorante, preconceituoso, difícil, mal orientado, que muitas vezes não está

62 LINK, op. cit., p. 228.

63 GUEDES, op. cit.

64 “[...] book-stalls as at Paris, where both portugueze and many good foreign books, especially spanish, may be bought for a trifle”. LINK, op. cit., p.475.

65 CARRÈRE, op. cit., p. 63.

condições de julgar; eles não se atrevem a trazer nenhuma dessas obras transcendentais, que espalham luz por toda a Europa.⁶⁶

O sueco Ruders silenciou sobre a origem francesa dos livreiros de Lisboa, não mencionando qualquer um deles na parte específica do seu livro em que descreve a colônia francesa da cidade,⁶⁷ porém, ele também usou a empresa da viúva Bertrand e Filhos como exemplo de uma loja lisboeta na qual era possível encontrar livros proibidos, que “não se encontravam expostos com os outros” sendo vendidos “sem testemunhas e saem naturalmente mais caros que aqueles cuja circulação é permitida”.⁶⁸ Ele mencionou, além disso, uma “livraria portuguesa” no Terreiro do Paço, onde era possível encontrar a *Gazeta do Reino*, e “quase todos os livros portugueses mais modernos”. Além dessas, ele referiu-se a “diversos livreiros ambulantes, expostos durante o dia nas praças e nas ruas, e compostos, em geral, de 3 ou quatro estantes resumidas” de livros velhos e baratos os quais serviam para “algum pobre-diabo que por preço irrisório deseja[va] dar-se ao luxo duma livraria”, ainda que fosse possível “de tempos em tempos, encontrar alguns bons livros” entre eles.⁶⁹

Perguntando-se por que os autores portugueses eram pouco conhecidos fora de seu país, Murphy ofereceu uma resposta através do pouco conhecimento existente sobre a língua portuguesa, o que, por sua vez proporcionava “pouca ou nenhuma venda de livros naquela língua fora do país”. Também, por Portugal não ser – segundo ele – uma nação de leitores, “pouquíssimos livros cobrirão as despesas de impressão e papel, especialmente se lidam com assuntos científicos”.⁷⁰

Os reflexos desse processo no comércio de livros também são descritos por outros viajantes. Ruders expôs outra forma de comércio de livros estrangeiros, trazidos irregularmente para o país. Após afirmar ignorar o processo, ele afirmou que “a maneira mais usual e menos embaraçosa” de obter-se livros era o contrabando, que evitava a censura, permitindo que as pessoas tivessem e lessem livros proibidos, apesar das

66 “Les libraires se dégoûtent d’un commerce où ils sont exposés à tout perdre, où leur fortune dépend de la volonté, du caprice d’un censeur ignorant, prévenu, difficile, qui voit mal, qui est souvent hor d’état de juger; ils n’osent fair venir aucun de ces ouvrages transcendans, qui répandent la lumière dans toute l’Europe.” CARRÈRE, op. cit., p 235.

67 RUDERS, op. cit., p. 142.

68 Idem, p. 225.

69 Ibidem.

70 “[...] very few books therefore will defray the expence of printing and paper, especially if they treat on scientific subjects [...]”. MURPHY, op. cit., p. 199-200.

preocupações manifestadas por vários viajantes em sentido contrário. De acordo com o naturalista sueco, “ninguém [fazia] inquéritos a tal respeito”, desde que os livros não fossem declarados na alfândega. Ele presumiu, inclusive, que todos os livros que ele usou durante sua própria viagem nunca foram declarados, caso contrário eles “não me teriam chegado às mãos sem reclamações e dificuldades” e, quando alguém “deseja qualquer livro do estrangeiro, costumam os marinheiros encarregar-se de o trazer e de o fazer chegar ao seu destino”.⁷¹ Ruders descreveu ainda outra forma de circulação de livros, dando o exemplo do “francês M. de Meaussé” que montara um “gabinete de leitura” em Lisboa, e regularmente recebia “ordinariamente, quantos livros [quisesse], mas não lhe [era] permitido consentir que os naturais do país se aproveitem deles”. Esta restrição poderia ser superada pelo uso de um “terceiro”, ou seja, um estrangeiro que emprestasse os livros do gabinete a pedido de portugueses (“uma senhora da sociedade”, por exemplo) e mais tarde repassasse o livro para o solicitante. Ruders indicou que este gabinete em particular tinha o tipo de livros que era proibido em muitos países, tais como aquele conhecido “pelo título de *Memoires secrets sur la Cour de...*”.⁷²

No tocante à impressão, alguns viajantes notaram a peculiaridade da indústria portuguesa, já que “todo escrito que fomenta a superstição pode ser impresso e vendido aqui, sem nenhum impedimento”,⁷³ mesmo considerando que, do ponto de vista do visitante do norte da Europa, “[a] impressão não é a mais avançada: os caracteres são antigos, executados de forma grosseira; eles não têm nitidez nem correção; as edições são mal tratadas e incorretas”.⁷⁴ Livros científicos, buscados por muitos dos viajantes, eram impressos às custas da Coroa, já que “o número de leitores é pequeno demais para que qualquer livreiro ou impressor lucre com eles”.⁷⁵ Por essa mesma razão, Link afirmara, em 1797, que a literatura portuguesa estava em sua infância, pois pouco era escrito e “a fama literária é desconhecida [...] e nada mais pode servir aos literatos além de conexões familiares ou outras”. Jovens cientistas podiam, contudo, avançar suas carreiras publicando “um tratado ou dissertação curto” (as *memórias*) em uma instituição

71 RUDERS, op. cit., p. 225.

72 Ibidem. Refere-se provavelmente ao livro de Rustaing de Saint-Jory Louis *Memoires secrets de la cour de France: contenant les intrigues du cabinet, pendant la minorité de Louis XIV*. Paris: F. Girardi, 1733.

73 Idem, p. 224.

74 “L’imprimerie n’est pas plus avancée: les caractères sont anciens, grossièrement exécutés; ils n’ont ni netteté, ni correction; les éditions sont mal soignées et incorrectes;” CARRÈRE, op. cit., p. 240.

75 “[...] the number of readers being too small for any bookseller or printer to gain by them.” LINK, op. cit. p.225.

do governo, como a Academia de Ciências de Lisboa.⁷⁶ Neste tocante, este viajante, que vale lembrar era um botânico e cientista estabelecido à época da sua viagem e que abordou a descrição como aquela de uma “viagem naturalista”,⁷⁷ considerava que “invés de numerosos estabelecimentos e regulamentos, o governo deveria cuidar para que mais trabalhos deste tipo fossem publicados para acostumar a nação gradativamente a ler livros de ciência e informação”.⁷⁸

Os aspectos mais mecânicos da indústria tipográfica foram considerados na narrativa de Carrère, citada acima. Ele continuou descrevendo a baixa qualidade do papel e das encadernações portuguesas, ao ponto de “dificilmente poderemos talvez citar dez edições passáveis feitas pelas imprensas de Lisboa; no entanto, elas foram executadas com tipos que foram trazidos de Paris”.⁷⁹

Não é de estranhar, portanto, que dois outros viajantes, Twiss no final da década de 70 e Link, nos anos 90, tenham ficado negativamente impressionados pela ausência de jornais em português.⁸⁰ O primeiro afirmou que os jornais haviam sido proibidos em 1763, ainda que fosse possível encontrar gazetas em outras línguas europeias à época de sua viagem nos cafés de Lisboa “dos quais há dois extremamente elegantes, especialmente aquele do *Casaco*, que é coberto de espelhos”. De fato a criação da Real Mesa Censória afetou diretamente a produção jornalista, com a suspensão da *Gazeta de Lisboa* em 1762 e a prisão de Correia Garção, seu redator, havendo já outros exemplos de jornais forçados ao fechamento pela ação censória, destacadamente, o *Anônimo*, de 1752-4 e a *Gazeta Literária* do Porto, de 1761-2, sendo que a atividade jornalística só seria retomada com algum fôlego a partir de 1780, ainda que de forma “limitada e fortemente vigiada”.⁸¹

Link observou que somente uma publicação periódica, a *Gazeta de Lisboa* (ressurgida em 1778), anunciava brevemente “novos trabalhos [...] e imprimia notícias deles postadas em Londres ou Paris”, o que se confirma a partir dos estudos específicos

76 “[...] and literary fame unknown [...] Nor can any thing serve literary men but family or other connections”. Idem, p. 478.

77 MOSCATO, op. cit.

78 “[i]nstead of numerous establishments and regulations the government should take care that more occasional works of this kind should be published in order to accustom the nation by degrees to reading books of science and information”. Ibidem.

79 “A peine peut-on citer diz éditions passables, sorties des presses de Lisbonne; encore on-elles été exécutées avec des caractères que’on a fait venir de Paris.” CARRÈRE, op. cit. p. 240.

80 TWISS, op. cit., p. 7; LINK, op. cit. p. 478.

81 ARAÚJO, op. cit. p. 67-78.

sobre a *Gazeta* como veículo de divulgação de novas publicações em Portugal, de forma um tanto mais sistemática do que aquela que o observador estrangeiro deixa transparecer (ao menos até 1762).⁸² O mesmo viajante indicou que não havia publicações literárias ocasionais mesmo na Universidade de Coimbra e nas “numerosas instituições literárias de Lisboa”. Ele continuou enfatizando que a proibição de todos os “jornais políticos”, com a exceção oficial da *Gazeta de Lisboa*, forçava com que “as notícias políticas chegassem algo tardiamente, e às vezes completamente atrasadas”.⁸³ Aparentemente ele não foi apresentado aos exemplares do *Jornal Enciclopédico* que encerrou suas atividades cinco anos antes da chegada deste viajante a Lisboa e que cumpria as funções por ele buscadas de divulgação literária e científica.⁸⁴

A *Gazeta* foi definida em 1801 por Ruders (que a chamou de *do Reino*) como “bastante magra” com notícias incompletas do estrangeiro e três ou quatro anúncios. A causa disso, segundo ele, era o hábito lisboeta de colar as notícias em murais nas esquinas (às vezes de ponta-cabeça, já que os trabalhadores que executavam essa tarefa eram frequentemente analfabetos).⁸⁵ Apesar dessa visão um tanto sombria, o próprio Ruders mencionou ter tomado conhecimento da Guerra das Laranjas através dos jornais.⁸⁶

5. Bibliotecas

O aspecto da cultura escrita, além das questões de comércio, escrita e leitura vistos até agora, que mais provocou as descrições dos viajantes, foi o contato com as bibliotecas – públicas, particulares ou monásticas – em diversas cidades portuguesas. Ainda que Maria Luisa Cabral já tenha explorado essas descrições,⁸⁷ vale a pena acrescentar algumas notas, a começar por uma longa citação da narrativa de Link, descrevendo a situação que ele encontrou em 1797:

82 BELO, André. *As gazetas e os livros; a Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa: ICS, 2001.

83 “[...] political news arrive somewhat tardily, and sometimes very late”. LINK, op. cit., p. 477.

84 ARAÚJO, op. cit., p. 78-83.

85 RUDERS, op. cit., p. 225-6.

86 Idem, p. 191; VENTURA, António (2008). *Guerra das Laranjas; 1801*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

87 CABRAL, *A real bibliotheca...* p. 39-45.

Existem bibliotecas públicas em Lisboa, que, embora longe de serem classificadas na primeira classe, não são de modo algum tão más como alguns viajantes, que apenas tiveram uma visão superficial delas, as despreveriam. Mas é muito injusto reclamar porque ficamos alarmados demais com a volumosa *Acta Santorum* para nos darmos ao trabalho de pedir qualquer outro livro. A principal dessas bibliotecas, que fica no grande prédio da praça do commercio, contém muitas obras de importância e até alguns trabalhos sobre história natural. Conheço melhor, no entanto, a biblioteca do mosteiro beneditino de Nossa Senhora de Jesus, pois eu morava perto dela. Ali há uma coleção muito completa de literatura portuguesa e espanhola moderna; não há falta de obras francesas, como, por exemplo, um conjunto completo da *Encyclopédie par ordre des Matières*. Não se espera encontrar livros alemães em nenhuma parte estrangeira, embora os trabalhos latinos de Wolf, a História da Filosofia de Brucker e outros livros desse período, existam em todas as bibliotecas portuguesas. Ao lado da literatura francesa, a da Itália é mais abundante, ainda mais, embora não seja de se esperar, do que a de língua inglesa, que os portugueses raramente aprendem, embora estejam sempre lendo francês. Em suma, ambas as bibliotecas podem ser comparadas com muitas das bibliotecas públicas em cidades consideráveis na Alemanha. Uma terceira biblioteca, a do mosteiro de San Vincente de Fora, não é de fato aberta ao público; mas é suficiente ser apresentado uma vez para ser sempre admitido. Ela contém uma coleção muito completa até dos menores trabalhos portugueses”.⁸⁸

Carrère, cuja viagem foi praticamente simultânea à de Link, afirmou claramente que não havia bibliotecas públicas em Lisboa,⁸⁹ embora existissem bibliotecas particulares, como a dos freis de Santo Agostinho, que ele considerou a mais rica de

88 “There are public libraires in Lisbon, which though far from ranking in the first class, are by no means so bad as some travellers would describe who have merely taken a cursory view of them. But it is very unjust to complain because we happen to be too much alarmed ad the voluminous *Acta Santorum* to take the trouble of asking for any other book. The principal of these libraries, which is in the large building in the praça do commercio, contains many works of importance, and even some papers on natural history. I am better acquainted, however, with the library in the benedictine monastery of Nossa Senhora de Jesus, as I lived nearer to it. Here is a very complete collection of portugueze and modern spanish literature; nor is there any want of french works, as, for instance, a complete set of the *Encyclopédie par ordre des Matières*. German books are not to be expected in any foreign part, though Wolf’s latin works, Brucker’s History of Philosophy, and other books of that period, occur in every portugueze library. Next to french literature, that of Italy is most abundant, still more, though it might not be expected, than the english, which the portugueze seldom learn, though they are always reading french. In short, both these libraries may be compared with many of the public libraries in considerable towns in Germany. A third library, that of the monastery of San Vincente de Fora, is indeed not open to the publick [sic.]; but it is sufficient to be once introduced to be always admitted. It contains a very complete collection of even the smallest portugueze works.” LINK, op. cit. p. 227-8.

89 “*Lisbonne n’a aucune bibliothèque publique.*” CARRÈRE, op. cit. p. 240.

todas. Vinte anos antes, Chatelet mencionara haver “algumas outras casas, em números muito pequenos, onde existem bibliotecas” mas que não eram abertas para os estrangeiros.⁹⁰ No início do século seguinte, Cockburn descreveu a biblioteca pública de Lisboa, criada em 1796⁹¹ (ano da viagem de Carrère) como possuidora de cômodos “amplos e caros” com “um número dos melhores livros”, ainda que o público visitante fosse pequeno quando ele lá esteve.⁹² A biblioteca da Universidade de Coimbra não teve tanta atenção por parte desses viajantes, e foi mencionada somente por Murphy e Link, e ainda assim de passagem. O primeiro referiu-se à biblioteca apenas para dizer que ela continha um grande número de “livros impressos e manuscritos”,⁹³ e o segundo para dizer que ela era “muito visitada e usada pelos estudantes”.⁹⁴

Em contraponto, quase todas as narrativas citadas aqui mencionam pelo menos uma visita a um convento ou monastério com uma biblioteca e as descrições são bastante coincidentes, ao menos no que diz respeito às características físicas dos prédios. A biblioteca do convento de Mafra foi descrita por Baretto (“sua biblioteca é composta por uma grande sala, ao lado de um cômodo bastante grande”),⁹⁵ por Twiss (“[...] a nova biblioteca tem trezentos e oitenta e um palmos de comprimento e quarenta e três de largura”)⁹⁶ e por Beckford, que repetiu os dados de Link e acrescentou que a biblioteca era “finamente estucada e pavimentada com mármore”⁹⁷ ao passo que Murphy e Ruders (citando textualmente a obra de Murphy “cuja descrição de viagem tenho aqui aberta diante de mim”) repetiram essas dimensões usando diferentes unidades de medida.⁹⁸ A descrição mais longa desta biblioteca é também a mais antiga entre os relatos, feita por Barreti, que passou “o espaço de quatro horas” folheando livros portugueses dentre os quase setenta mil volumes que este autor afirmou existirem

90 “Il y a quelques autres maisons, en très-petit nombre, où l'on trouve des bibliothèques”. BOURGOING, op. cit. p. 71.

91 CABRAL, *A real bibliotheca*.

92 COCKBURN, op. cit. p. 194.

93 MURPHY, op. cit., p. 26.

94 LINK, op. cit. p. 269-70.

95 “[t]heir library takes up a very large hall, besides a pretty large room”. BARETTI, op. cit., p. 238-9.

96 “[...] the new library is three hundred and eighty-one palms in length, and forty-three in breadth.” TWISS, op. cit. p. 16.

97 “[...] finely stuccoed, and paved with marble.” BECKFORD *Italy; with sketches of Spain and Portugal*. p. 97; *Memoirs*, p. 327. v.1.

98 MURPHY, op. cit., p. 289; RUDERS, op. cit., p. 220-1.

lá, deixando o “bem-humorado bibliotecário” com “arrebatamentos por me ver tão curioso sobre o aprendizado de seu país”.⁹⁹ Ele acrescentou que:

Além daquele vasto número de genealogias in quarto e outro [ileg.], há nessa biblioteca menor muitas histórias das conquistas portuguesas em várias partes do mundo ultramarino. Seguem-se os livros teológicos e devocionais, que estão longe de serem poucos. Isso para mim é uma prova de que os portugueses são piedosos e hábeis na divindade. Mas o que há por lá abundantemente, são as vidas dos santos, masculinos e femininos, estrangeiros e domésticos [...]

Beckford, falando em sessenta mil volumes, não ficou impressionado pela organização das prateleiras, “desajeitadamente projetadas, grosseiramente executadas e escurecidas por uma galeria que se projeta na sala de uma maneira muito estranha”¹⁰⁰ ao passo que, dentre os livros, havia várias “primeiras edições dos clássicos romanos bem preservadas e ricamente iluminadas” que ele não teve tempo de ver em detalhes, sendo apressadamente levado pelo bibliotecário para outras partes do prédio. Murphy só mencionou que a biblioteca “supostamente” continha entre quarenta e cinquenta mil volumes¹⁰¹ e Ruders enfatizou o último número, elogiando as prateleiras, encadernações e catálogos.¹⁰²

Muitas outras bibliotecas conventuais foram descritas por estes viajantes. Em sua maior parte, eles demonstraram interesse em quais livros eles encontraram em cada um desses lugares, dando uma ideia, ainda que pálida, dos conteúdos gerais das bibliotecas – e talvez de algumas práticas de leitura. Baretti visitou a biblioteca dos capuchinhos italianos em Lisboa em 1760 e encontrou gramáticas, dicionários, catecismos e “alguns Pais Latinos em encadernação simples que se destacam em primeiro lugar naquela casa; depois muitos escolásticos medievais e casuístas, com um número considerável de ascéticos, e várias coleções de sermões italianos e portugueses, dentre os quais, *Segueri* e

99 “[...] good-natured Librarian [in] raptures to see me so inquisitive about the learning of his country”. BARETTI, op. cit., p. 238-44.

100 “[...] clumsily designed, coarsely executed, and darkened by a gallery which projects into the room in a very awkward manner”, BECKFORD. Italy; with sketches of Spain and Portugal. p. 97.

101 MURPHY, op. cit., p. 289.

102 RUDERS, op.c cit., p. 220.

Vieyra [sic.] detêm o primeiro lugar”.¹⁰³ Costigan fez uma descrição semelhante da biblioteca dos “reclusos de São Bruno” que estava “cheia, como sempre, dos mesmos trabalhos tediosos, polêmicos e bibliográficos, densamente entremeados com milagres; e o único livro que atraíu nossa atenção foi uma excelente cópia da *Iliada* de Homero, *in folio*”.¹⁰⁴ Na biblioteca do mosteiro de Alcobaça, Twiss encontrou o “*Virgílio* de Baskerville e o *Homero* de Foulis”¹⁰⁵ enquanto Murphy sentiu-se envergonhado ao encontrar uma biblioteca com menos livros do que “pipas de vinho na adega”.¹⁰⁶ Link, por sua vez, considerou a biblioteca “não tão mal”, e pode ver a *Enciclopédia* e “muitos outros trabalhos franceses relacionados à história natural”,¹⁰⁷ o que Cockburn confirmou em 1811 descrevendo “muitos livros franceses” na biblioteca, com “uma coleção de livros proibidos, mas nenhum manuscrito” em uma sala adjacente.¹⁰⁸ Outras instituições foram descritas de forma semelhante, como a biblioteca do convento de Setúbal, referida em 1799 por Ruders como tendo livros “modernos e excelentes”, como “a Enciclopédia Francesa”, obras de Bossuet e outras, entre livros que eram, em sua maioria, “obras dos padres da Igreja, com os seus respectivos e pesados comentários”.¹⁰⁹

Vê-se nesses relatos uma possível mudança nos conteúdos das bibliotecas no período entre as diversas visitas, da biblioteca exclusivamente católica à filosófica e científica; de predominantemente portuguesa e italiana, para predominantemente francesa; de pouco impressionante para muito boa. Essa mudança pode ser vista em diversos outros estudos sobre livros, censuras e ideias em Portugal e na Europa no mesmo período, e é coerente com os estudos de história do livro e da cultura impressa publicados nas últimas décadas, que mostram um aumento dos livros franceses ou em

103 “some Latin Fathers simply bound make the first figure in the place: then many School-divines and Casuists, with a considerable number of Ascetics, and several collections of Italian and Portuguese sermons. Amongst which *Segueri* and *Vieyra* hold the first rank.” BARETTI, op. cit., p. 206-7.

104 “filled as usual with the same dull, polemical and biographical Works, thickly interlarded with miracles; and the only book which attracted our notice was an excellent copy of Homer's *Iliad*, in folio”. COSTIGAN, op. cit., p. 130.

105 TWISS, op. cit., p. 41, referindo-se a VIRGILIO, *Publii Virgílii Maronis Bucolica, Georgica, et Aeneis* Birminghamiae: Typis Johannis Baskerville, 1757; HOMERO. *Iliados. Odysséias. Batrachomyomachia. Hymnoi. Epigrammata. Epe Hypobolimaia. Leipsana*. Glasguae : In aedibus academicis, excudebant Robertus et Andreas Foulis, 1756-58.

106 MURPHY, op. cit. p. 94.

107 LINK, op. cit., p. 276.

108 COCKBURN, op. cit., p. 165.

109 RUDERS, op. cit. p. 64.

francês, tanto no comércio, quanto nas traduções publicadas em português, especialmente na segunda metade do século XVIII.¹¹⁰

As narrativas estabelecem, portanto, uma linha do tempo e um *corpus* documental de testemunhos sobre práticas ligadas à cultura impressa, podendo servir como material adicional nas buscas por compreendermos como “nas sociedades do Antigo Regime [...] a circulação da palavra impressa transformou os modos de interação social, permitiu novas formas de pensar e modificou as relações de poder”.¹¹¹

Dessas narrativas, percebemos que todo o circuito de comunicação do livro era visto em termos comparativos por esses viajantes, que tinham seus próprios países e cidades em mente ao observar Portugal como exótico dentro da Europa, mantendo sempre no centro de suas preocupações a Inquisição – ou, ao menos, a visão geral da Inquisição mantida nos países protestantes – e a censura portuguesa, que era única dentre os países europeus do período, na sua estrutura e alcance. Assim, o que os viajantes entendiam por “ignorância” dos censores deve ser compreendido hoje como uma visão preconcebida, já que nenhum deles relata ter travado conhecimento ou amizade com algum censor, e a historiografia tem demonstrado o quanto nomes como António Pereira de Figueiredo, Manuel do Cenáculo e Luis do Monte Carmelo estavam enfiados nos debates filosóficos e políticos de seu próprio tempo.¹¹²

Também comparativamente, as narrativas são imensamente mais ricas em outros aspectos da vida urbana cotidiana, que não envolviam a cultura escrita, com uma acentuada ênfase na ideia, surgida naquele século, de “civilização”, ou seja, “o processo de refinamento das maneiras e costumes dos europeus, instaurando, no plano da linguagem, a ligação entre a arte de bem regular as ações práticas do indivíduo em sociedade, em sintonia com a ideia de perfectibilidade moral e intelectual assinalada ao

110 SILVESTRE, João Paulo. A tradução do discurso enciclopédico para a língua portuguesa. In: VERDELHO, T. & SILVESTRE, J. P. *Dicionarística portuguesa*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2007, p.153-161; DENIPOTI, Cláudio & PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (2014). Feitiçaria e Iluminismo: traduções e estratégias editoriais em Portugal no Século XVIII. *Revista Maracanan*, v. 10, n. 10, p. 48-63.

111 CHARTIER, Roger. Labourers and voyagers; from the text to the reader. In: FINKELSTEIN, David; McCLEERY, Alistair, eds. *Book history reader*. New York: Routledge, 2002. p. 42.

112 TAVARES, Rui. *Le censeur éclairé* (Portugal 1768-1777). Thèse. Doctorat em Histoire des Civilizations. Paris, EHESS, 2013.

homem, e a maneira de conceber a conservação e o engrandecimento dos povos e das nações, em sintonia com a ideia de progresso”.¹¹³

Porém, mesmo os comentários curtos e esporádicos sobre o comércio, a impressão, a escrita e as bibliotecas, contidos na maioria das narrativas, são suficientes para dar ao historiador pistas sobre as sociabilidades letradas e práticas culturais relacionadas à palavra impressa no passado, e a confrontar tais pistas com evidências provindas de outras fontes históricas.

Recebido em: 21 de Maio de 2018.

Aprovado em: 19 de Novembro de 2018.

113 ARAÚJO, op. cit., p. 11.